



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental**  
**Centro de Desenvolvimento Sustentável para Zonas Costeiras**



**TOFO**



**BARRA**

**AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO  
AMBIENTAL ESTRATÉGICA E MACRO-ZONEAMENTO DE TBT  
(TOFO, BARRA, TOFINHO E PRAIA DA ROCHA)**



**TOFINHO**



**ROCHA**

**2010**

**Apoio Financeiro de DANIDA**  
**Projecto de Gestão Integrada da Zona Costeira. Fase III**  
**Componente Desenvolvimento Costeiro**



## FICHA TÉCNICA

### **Autores**

Micas Fernando da Cruz Mechisso e Alberto Júnior Matavel (2010). Avaliação do Grau de Implementação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Macro-zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Praia da Rocha). MICOA/CDS Zonas Costeiras.

**Assistência técnica:** Domingos Zefanias Gove

**Revisão:** Equipa Técnica do Centro de Desenvolvimento Sustentável para Zonas Costeiras

**Fotos da capa:** Micas Mechisso

**Mapas:** CDS Zonas Costeiras

**Editor:** Henriques Balidy

### **Coordenação Geral**

**Manuel Victor Poio** (Mestrado em Planeamento Territorial e Gestão Costeira)

### **Equipa Técnica do CDS Zonas Costeiras**

Jacinta Laissone (Licenciada em Geografia)

Sérgio Salomão Mbé (Licenciado em Geografia)

Henriques Balidy (Licenciado em Biologia)

Manuel Menomussanga (Licenciado em Biologia)

### **Colaboradores**

***Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental de Inhambane***

Ana Isabel Macucha (Chefe do Departamento de Ordenamento Territorial)

## AGRADECIMENTOS

A equipe técnica expressa o seu reconhecimento a todas entidades institucionais e individuais que apoiaram a realização deste trabalho, sobretudo ao Director do CDS-Zonas Costeiras, Dr. Manuel Victor Poio e ao Director Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental de Inhambane (DPCA-I), Dr. Diogo Borges, por todas as acções que realizaram com vista à efectivação do presente estudo em termos de acompanhamento contínuo e participação nas discussões e análise do documento.

Agradece também às comunidades locais e aos operadores turísticos da zona do TBT, bem como às entidades provinciais pela participação activa na recolha de informação, discussão e elaboração do relatório de Avaliação do Grau de Implementação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Macro-zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Praia da Rocha).

Finalmente agradece ao pessoal auxiliar do CDS-ZC e DPCA-I, pelo apoio prestado durante todas etapas de produção, desde a preparação até a elaboração do documento final.

## ÍNDICE

1.0. INTRODUÇÃO .....	1
2.0. OBJECTIVOS.....	2
2.1. Objectivo Geral .....	2
2.2. Objectivos Específicos.....	2
3.0 METODOLOGIA.....	2
4.0. BREVE DESCRIÇÃO DA ZONA DE TOFO-BARRA-TOFINHO-ROCHA .....	3
4.1. Divisão Administrativa.....	3
5.0. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS HABITATS DO TBT.....	4
6.0. AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO MACRO-ZONEAMENTO DO TBT .....	5
6.1. Aprovação e Divulgação do Plano de AAE e Macro-zoneamento de TBT.....	5
6.2. Análise de Investimentos ou Projectos realizados no TBT .....	7
6.3. Análise de irregularidades detectadas com base no Plano do TBT .....	8
7.0. CONCLUSÕES .....	10
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	12
9. ANEXOS .....	13



## 1.0. INTRODUÇÃO

As praias de TBT são locais turísticos preferidos desde o tempo colonial por parte de habitantes locais, nacionais e estrangeiros, principalmente da África do Sul. Este facto é ilustrado pela existência, desde há muito tempo, de um conjunto de infra-estruturas turísticas e de apoio à actividade turística como estrada asfaltada, energia eléctrica, água canalizada, hotéis, restaurantes e várias residências ou casas de praia.

Esta preferência pelas praias de TBT está sendo acompanhada por vários problemas, nomeadamente: ocupação desordenada, incluindo a instalação de infra-estruturas turísticas em áreas impróprias como cristas e encostas das dunas primárias que acelera a erosão; ocupação e venda ilegal de terrenos; prática de actividades turísticas ilegais; e conflitos entre os investidores e entre estes e as comunidades. São apontadas como causas destes problemas a falta de um Plano de Ordenamento Territorial; fragilidade das instituições locais em lidar com tanta pressão; desconhecimento ou falta de clareza sobre os aspectos legais e institucionais; falta de coordenação inter-institucional; e falta de comunicação e envolvimento de todos os grupos de pressão na tomada de decisões e gestão dos recursos naturais (MICOA/CDS-ZC, 2002).

O MICOA, através do CDS Zonas Costeiras e o Governo Provincial de Inhambane, através duma equipe técnica provincial (ETP), liderada pela Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental de Inhambane (DPCA-I), produziram no ano de 2002 um plano de ordenamento territorial designado por Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Macrozoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Praia da Rocha), em cumprimento da recomendação do Governo Provincial de Inhambane, como uma estratégia para minimizar os problemas que ocorrem na zona de TBT e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Passados mais de cinco anos é importante avaliar a implementação do plano para que se possam corrigir os erros cometidos e se potenciem os aspectos positivos, para que ele possa efectivamente continuar a desempenhar o seu papel de promoção de desenvolvimento sustentável desta região da província de Inhambane.

## 2.0. OBJECTIVOS

### 2.1. Objectivo Geral

- Avaliar o grau de implementação da Avaliação Ambiental Estratégica e Macrozoneamento do TBT.

### 2.2. Objectivos Específicos

- Analisar o processo de aprovação da Avaliação Ambiental Estratégica e Macrozoneamento de TBT;
- Analisar o processo de implementação da Avaliação Ambiental Estratégica e Macrozoneamento de TBT.

## 3.0. METODOLOGIA

O presente documento foi elaborado com base na consulta bibliográfica (relatórios, planos estratégicos, internet, etc.), entrevistas semi-estruturadas às instituições governamentais e municipais envolvidas na elaboração, divulgação e implementação do plano de TBT, incluindo todas as partes afectadas, envolvidas e interessadas pela zona do TBT (operadores turísticos, ONG's, líderes locais e outros representantes das comunidades) e a Observação

directa do que está efectivamente acontecendo no terreno e o que o plano preconiza para as sete Macrozonas definidas pelo plano.



Figura 1: Observação directa de aspectos da implementação do plano de Macrozoneamento

## 4.0. BREVE DESCRIÇÃO DA ZONA DE TOFO-BARRA-TOFINHO-ROCHA

### 4.1. Divisão Administrativa

A região de Tofo-Barra-Tofinho-Rocha pertence ao Município da Cidade de Inhambane e possui 88 Km<sup>2</sup> de área, correspondente a 46% da área total do Município. Situa-se entre os paralelos 23°40'00" e 23°56'30", com 27 Km de linha costeira (da Praia da Barra até ao limite com o distrito de Jangamo). É limitada à Norte e à Este pelo Oceano Índico, à Sul pelo Distrito de Jangamo e à Oeste pelos Bairros Inhamua e Chamane, e Baía de Inhambane, (MICOA/CDS-ZC, 2002).

O TBT inclui as praias da Barra, Tofo, Tofinho, da Rocha e o litoral até ao limite com o distrito de Jangamo. Nesta zona localizam-se os bairros Conguiana, Josina Machel, Machavenga, Salela e Sequeriva. Deve se referir que o TBT não inclui todos estes cinco bairros na sua totalidade, mas sim a extensão destes bairros que se encontra dentro de 2 a 9 Kms, contados a partir das costas Norte e Este de TBT, pois concluiu-se que as actividades que decorriam neste espaço são as que tinham impactos significativos sobre as praias da Barra, Tofo, Tofinho e da Rocha. Assim foram abrangidos os quarteirões 1, 4, 5 e 6 do Bairro Conguiana, os quarteirões 2, 4, 5 e 6 do Bairro Josina Machel, os quarteirões 5 e 6 do Bairro Machavenga, a zona de Mahila no Bairro Salela e a grande parte do Bairro Sequeriva.

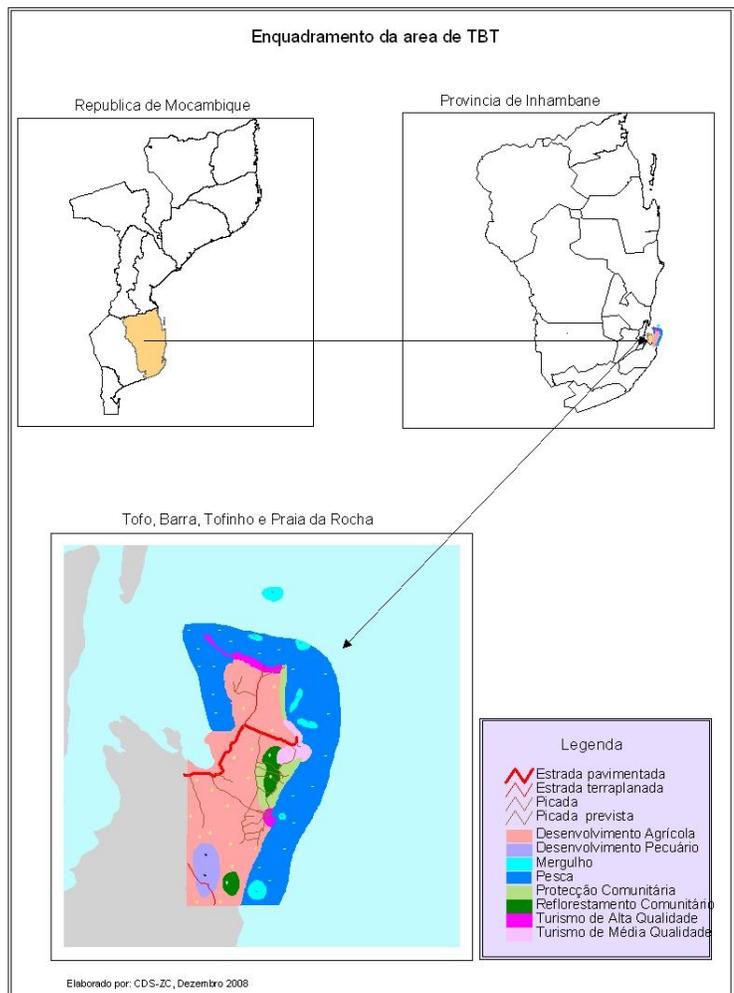


Figura 3: Mapa de enquadramento da área de TBT

## 5.0. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS HABITATS DO TBT



Figura 4: Duna em degradação



Figura 5: Destruição do habitat dunar

Os habitats da zona de TBT (zonas pantanosas, dunas, lagoas, mangal, praias arenosas, praias rochosas e recifes de coral) são alvos de uma forte pressão antrópica, sobretudo a instalação de residências, a actividades agrícolas (plantação de coqueiros e mandioca) e implantação de estâncias turísticas.

As outras actividades são a pesca, lançamento de barcos, movimento de carros e motos 4X4, carreiros de acesso à praia, actividades de recreio (incluindo voleibol de praia, hipismo, mergulho, etc.), colheita de invertebrados, criação de gado, corte de lenha e fabrico de carvão, corte de caniço e junco, para a construção de casas e esteiras, respectivamente, etc.

De todos os habitats, o mais afectado é o das dunas, sobretudo aquelas que têm alturas relativamente pequenas, pois são facilmente acessíveis para a prática de agricultura, criação de gado e implantação de estâncias turísticas. As imagens abaixo, ilustram a destruição do habitat dunar para construção de estâncias turísticas e casas de férias.

## **6.0. AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO MACRO-ZONEAMENTO DO TBT**

O termo avaliação pode ser visto de diferentes formas, mas segundo a literatura que aborda esta matéria, todos os autores são unânimes em afirmar que avaliar é “determinar, apreciar ou estimar e reconhecer o merecimento, a grandeza, a intensidade, e a força de”. Avaliar um plano é verificar se os objectivos e metas fixados foram alcançados integralmente ou não e o porque?

Para se fazer uma avaliação requer-se, antes de mais nada, que as metas sejam mensuráveis, representem o quanto de um dado objectivo que se deseja ou se pensa realizar no horizonte de tempo de duração do plano. Por isso, precisam ser formuladas em termos de quantidade. Por exemplo: reduzir a pesca ilegal em 5% ao ano, ou em 20% durante a vigência do plano.

Para avaliar um plano é preciso ter um ponto de referência: o que existia antes, ou seja, o desempenho anterior à execução das medidas propostas pelo plano. É preciso que se tenha ideia do que vem acontecendo ao longo do tempo, para se saber se houve mudança de tendência ou se as coisas continuaram a acontecer seguindo a mesma toada anterior. Em razão disso, para avaliar é preciso dispor duma série histórica de dados sobre os indicadores que medem as metas.

Para avaliação deste plano tomou-se em consideração alguns dados sectoriais disponíveis em diferentes períodos da implementação do plano e os obtidos nas entrevistas e nos trabalhos de campo sobre o que vem acontecendo ao longo do tempo desde a aprovação do plano até a data presente.

Assumimos que estes dados apresentam algumas lacunas, visto que, não cobrem todo período da avaliação, e os disponíveis correspondem a alguns casos denunciados onde muitos escapam aos registos, mas trazendo grandes impactos sobre a zona.

Contudo, estes dados embora não cubram todo período são fontes que nos ajudam a analisar e demonstrar a situação real da implementação do plano desde a sua aprovação.

### **6.1. Aprovação e Divulgação do Plano de AAE e Macro-zoneamento de TBT**

Em termos legais, o plano de Macro-Zoneamento foi aprovado e adoptado por via de resolução da assembleia municipal de 30 de Abril de 2003, com base nas competências que lhe são atribuídas pela alínea d), nº 3 do art. 45 da Lei das autarquias (CDS-ZC, 2003).

Um aspecto importante no Macro-Zoneamento é o de que as disposições e restrições constantes são de cumprimento obrigatório e geral, o que significa que obriga a todas instituições, independentemente de a zona ter ou não plano de urbanização e, por isso,

independentemente de Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI), ter ou não competência para decidir sobre o uso e aproveitamento da terra ou sobre a implantação de infra-estruturas.

De acordo com informações recolhidas nas instituições através das entrevistas, a maioria dos técnicos dos Departamentos e Repartições que lidam com estes assuntos dizem conhecer e outros afirmam que já ouviram falar do plano, embora a sua operacionalização seja fraca. Os que ouviram falar dos objectivos do plano reconhecem a sua importância para a minimização dos problemas do TBT, havendo alguns que apontaram algumas mudanças que este trouxe.

Os que ouviram falar do plano são maioritariamente técnicos das instituições que fizeram parte no processo da elaboração, fora a isso podemos afirmar que este plano foi pouco divulgado porque ninguém mais conhecia.

É importante referir que a elaboração deste plano foi participativa mas, mesmo assim a maior parte das pessoas entrevistadas, incluindo operadores turísticos e membros de associações que operam na área Tofo-Barra-Tofinho e Rocha, disseram que não conheciam este instrumento, o que pode estar associado a fraca divulgação por parte das entidades competentes.

Um dos grandes problemas apontados por todos, foi a falta de liderança na implementação do mesmo, embora sejam unânimes que a responsabilidade em termos legais recai toda sobre o CMCI mas, afirmam também que a DPCA-I deveria ter continuado com a coordenação ou assistir ao CMCI nas componentes de implementação, divulgação e monitoria do plano.

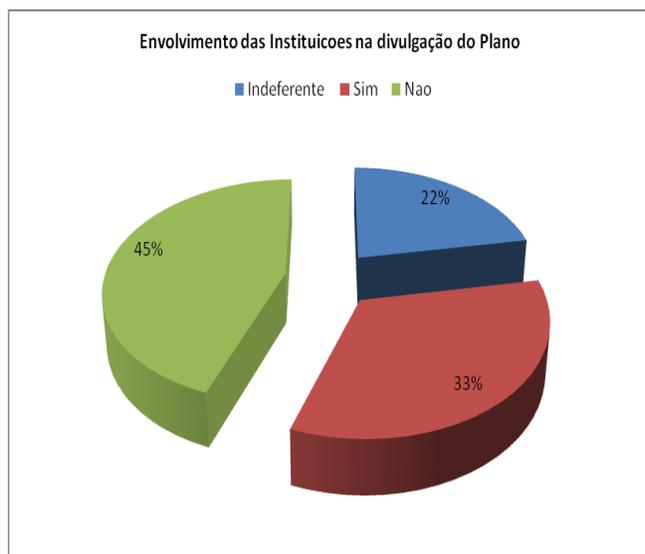


Figura 7: Avaliação do grau de envolvimento das instituições nas acções de divulgação do plano

Uma das fraquezas sentidas durante o nosso estudo é o facto das instituições envolvidas no processo de elaboração do plano nunca terem traçado nos seus planos económicos (PES) as actividades que visam especificamente divulgar o plano de TBT, e como consequência este instrumento é divulgado duma maneira *Ad Hoc*, e com pouco impacto.

A figura abaixo mostra o estágio de divulgação do plano de TBT. Quando se fala da divulgação refere-se ao conhecimento da existência do plano e do seu uso pelas diferentes partes afectadas e interessadas.

Observando a figura acima, do total das pessoas inquiridas, pertencentes as instituições provinciais, comunidades locais, ONG's e operadores turísticos, 45% nunca ouviram falar do plano e alguns deles são indivíduos que estão desenvolvendo actividades ou tem uma porção de terra na zona do TBT. Os 33% que conhecem pertencem as instituições que participaram na elaboração do plano.

Podemos afirmar que ao nível do Município o plano não foi bem divulgado e mesmo para a zona onde foi elaborado o seu conhecimento continua fraco. Mas é importante referir que as algumas instituições como DPCA-I, ADMAR em algumas actividades tem-se apoiado neste plano, por exemplo; a DPCA-I para aprovação de projectos ou actividades para esta zona de TBT toma em consideração as recomendações do plano e alguns investidores na altura de concepção dos projectos, procuram orientar-se com estes plano para facilitar a sua aprovação.

## **6.2. Análise de Investimentos ou Projectos realizados no TBT**

A observação e a análise do comportamento de investimento para esta área é um dos indicadores usados nesta avaliação pois existe alguma informação oficial.

Dos dados obtidos e analisados é notório que nos primeiros anos da implementação do plano de macrozoneamento, haja um paralelismo entre o número de pedidos de exercício e de pedidos autorizados isto, pode estar relacionado com o facto de que nestes primeiros anos do período de avaliação deste plano não se tenha tomado muito em consideração. Todos pedidos de exercício eram autorizados, mas so a partir de 2005 começou a fazer-se sentir, embora o plano tenha sido aprovado em 2003.

Esta fraca implementação do plano nos primeiros anos, faz com que surjam também os pedidos não autorizados, pertencentes aos investidores que não tomava em consideração, nas suas propostas de desenvolvimento, as recomendações e normas do plano por falta de conhecimento do mesmo. Este facto não durou muito como pode-se ver no gráfico abaixo a partir do ano de 2007 os pedidos não autorizados reduzem porque os projectos de alguns investidores nas suas propostas começam a orientar-se com base nas recomendações do plano, isto pode ser visto na análise do comportamento de investimento no Tofo-Barra-Tofinho e Rocha no período de 2004 – 2008.

Os pedidos não autorizados para além de não obedecerem fielmente as recomendações do plano, estes estão muitas das vezes relacionados com a falta de clareza naquilo que é a contribuição social do projecto para as comunidades locais, embora os projectos estejam enquadrados em termos de macrozonas.

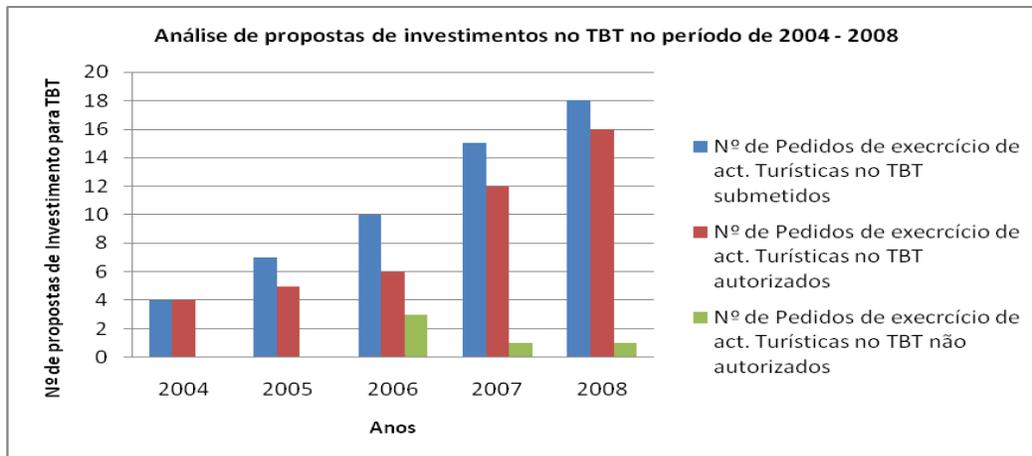


Figura 8: Análise das propostas de investimento na zona de TBT no período de 2004 – 2008 (Fonte: Loja de Negócio da Província de Inhambane)

Observando o gráfico acima podemos visualizar que o número de pedidos submetidos para o exercício de actividades turísticas no TBT desde apresentação do plano no conselho Municipal está a aumentar e muitos destes pedidos são aprovados. Esta situação é mais um sinal de que TBT é uma zona preferida pelos investidores havendo necessidade de orientar e monitorar a implementação das actividades.

O número de pedidos não autorizados que se apresenta a partir do ano 2006 com tendência a diminuição está relacionado com uso do plano que traz as normas do uso e aproveitamento da zona do TBT.

### 6.3. Análise de irregularidades detectadas com base no Plano do TBT

Os casos de irregularidades apresentados no gráfico abaixo foram obtidos na ADMAR e identificadas com base no plano do TBT. Como se pode observar há uma tendência de diminuição dos mesmos, embora numa forma gradual a estacionária.

Para o período apresentado no ano de 2004, temos os casos mais elevados de irregularidades isto, porque foi neste ano que começou-se a usar o plano. Muitas destas irregularidades foram cometidas pelos turistas estrangeiros aproveitando-se da fragilidade de controlo das instituições locais.

Com a elaboração e utilização do plano, embora numa forma não muito eficiente, a gestão dos recursos naturais disponíveis na zona de TBT registou uma melhoria.

A partir do ano 2005, as irregularidades reduziram, e tornaram estacionárias para os anos subsequentes, isto está relacionado com fraca capacidade de controlo permanente sobre a zona no que concerne ao desenvolvimento de actividades. A identificação destas irregularidades é por meio de denúncia onde algumas vezes a equipe desloca-se ao terreno para verificação.

Nem sempre é possível garantir que cada denúncia seja detectada e registada a tempo pela equipe.

Na tentativa de melhorar a situação foram criados os conselhos comunitários com função de auxiliar as instituições no controlo da zona e na difusão de boas práticas de uso dos recursos naturais.

Segundo informações do conselho comunitário os casos de irregularidade tendem a baixar porque há um maior envolvimento e cometimento dos operadores turísticos e das comunidades locais na preservação dos recursos costeiros.

Nesta avaliação foram usados também os dados recolhidos por uma equipa multisectorial envolvendo as seguintes instituições: DPCA-I, CMCI, DPTur, DPOH e SPGC. O objectivo desta equipa é deslocar-se periodicamente ao terreno para observar, analisar e tomar decisões correctivas para o uso sustentável dos recursos naturais do TBT. É importante referir que esta equipa desempenha funções de inspecção, e o tipo de inspecção que tem vindo a fazer é uma inspecção do tipo *ad Hoc*, reactiva, deslocando-se ao terreno quando há uma denúncia ou conflito entre as partes.

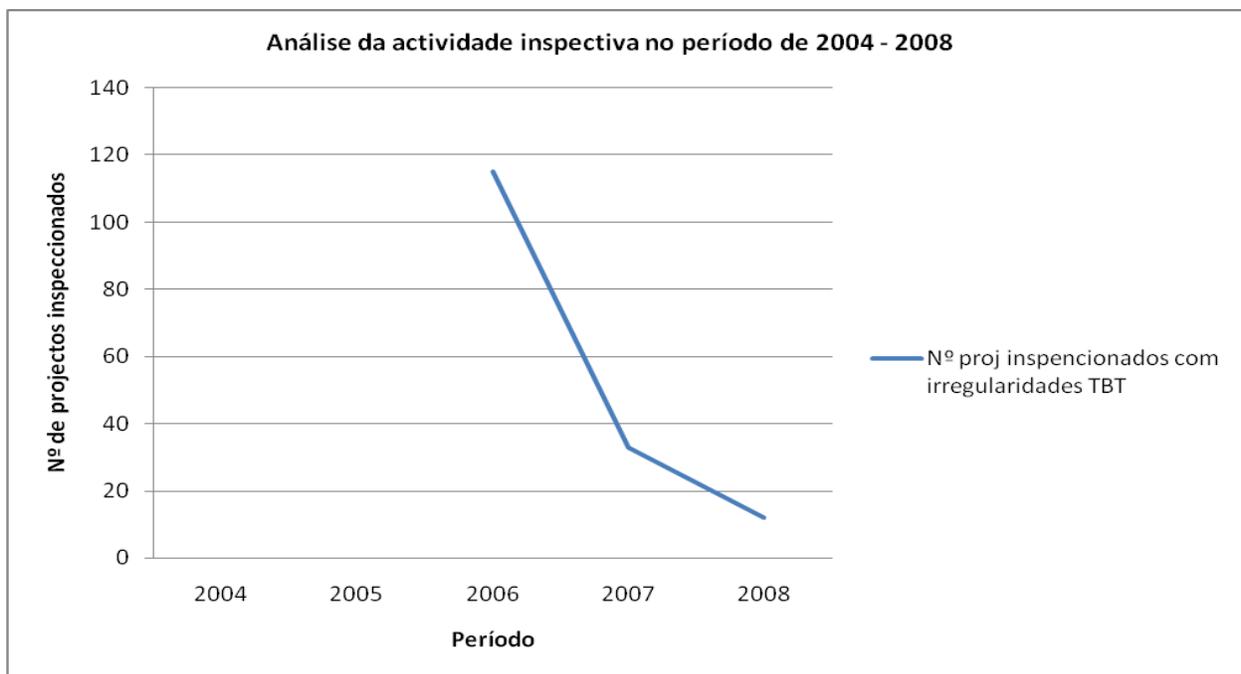


Figura 9: Análise das actividades actividades inspectivas no período de 2004 – 2008 (Fonte: DPCA-Inhambane)

Com base no gráfico acima pode-se observar que de 2006 a 2008, os casos de irregularidades foram diminuindo. Esta situação tem a ver com impacto da implementação do plano no terreno. O caso de conflitos e desmandos diminuíram e consequentemente a equipa deslocou-se menos, ou foi solicitada menos para intervir em casos do género.

A diminuição de número de projectos inspeccionados pode ser também devido a um conhecimento cada vez maior por parte dos investidores das normas propostas pelo plano para cada tipo de actividade.

Para além dos dados sectoriais e das entrevistas semi-estruturadas fez-se também visitas de campo onde foi possível notar que o plano de TBT não está sendo implementado devidamente. Este facto é ilustrado pela instalação de certos projectos em áreas impróprias, por ex. construção de casas de férias na área de Barra, que no plano foi definida como área de turismo de alta qualidade; concessões na zona de protecção comunitária; implantação de estâncias turísticas nas dunas primárias, surgimento de novas instâncias de qualidade média e baixa nas zonas definidas como zonas de turismo de alta qualidade, etc.

## 7.0. CONCLUSÕES

A avaliação pode se dar continuamente ou com alguma periodicidade. Quase sempre é preciso determinar de quanto em quanto tempo se fará a avaliação. Isto porque os efeitos das acções executadas pelos planos não são instantâneas e tomam um certo tempo para se fazerem sentir.

A avaliação é feita para melhorar as práticas duma certa actividade, neste caso, do plano do TBT.

A análise aqui apresentada baseou-se exclusivamente nos dados sectoriais, opiniões das principais partes afectadas e interessadas para se saber sobre o grau da implementação do plano e seu impacto na resolução dos problemas preconizados. Todas instituições e pessoas inquiridas reconhecem o valor do plano como um dos instrumentos para minimizar os problemas que estão a acontecer na zona TBT porque este orienta a localização óptima das actividades criando um ambiente amigável e harmonioso no espaço.

Das análises feitas com os dados obtidos assumimos que a implementação do plano de Macrozoneamento de TBT foi fraca, e esta fraqueza é resultado de: Fraca coordenação intersectorial das instituições chaves (Município, Turismo, Acção Ambiental, entre outras) na avaliação das propostas de investimento; Falta de cometimento das instituições para implementação do plano de Macrozoneamento; Falta de um dispositivo legal para a responsabilização das instituições do Governo em caso de não observância das normas e recomendações do plano de Macrozoneamento do TBT no processo de aprovação das propostas de investimento; Sobreposição de mandatos entre as instituições afins; Fraca divulgação do documento; Não envolvimento de todas as partes em todas etapas de implementação e ausência de sistema de monitoria.

Alguns entrevistados apontaram o próprio documento, considerando-o muito técnico e científico dificultando o consumo e percepção por parte das comunidades locais, pois trata-se do grupo alvo mais importante para sucesso de implementação deste plano.

Um outro factor que fragilizou a implementação deste plano tem a ver com o facto de aprovação do plano ter sido por via de resolução aguardando até a data do término deste relatório da conclusão e adopção formal pela Assembleia Municipal. Para além desta aprovação para que o plano fosse plenamente eficaz, impunha-se a realização urgente de algumas actividades, incluindo a adopção dos instrumentos auxiliares complementares que não foram realizados.

Com esta avaliação foi possível também notar que o plano trouxe mudanças positivas para as comunidades, estas passaram a conhecer melhor e valorizar os seus recursos naturais; O plano através dos encontros de trabalho ajudou no melhoramento de relações entre as instituições governamentais, operadores turísticos e comunidades locais; permitiu a elaboração do plano de parcelamento de rocha; com os encontros realizados relacionados com este plano serviu para sua divulgação e fez com que fosse muito procurado para fins académicos pelos estudantes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, (ESHT-I).

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Centro Terra Viva-Estudos e Advocacia Ambiental (CTV), Julho 2003.

INE, 1997, Anuário Estatístico, Província de Inhambane, Maputo

MICOA/CDS-Zonas Costeiras, 2002. Avaliação Ambiental Estratégica e Macro-Zoneamento de Tofo, barra, Tofinho e Rocha, Xai-Xai, Gaza.

PARTIDARIO, Maria Rosário, 2003, Manual de apoio aos Curso de formação sobre Avaliação Ambiental Estratégica. Portugal, Lisboa.

República de Moçambique, Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental. Programa Nacional de Gestão Ambiental. Maputo, Maio de 1996.

RPM, Ministério da Educação, 1986, Atlas Geográfico, Volume I, 2 edição, revista e actualizada, Estocolmo Suécia.

### **Web sites**

*<http://europa.eu.int/comm/environment>*

<http://www.centrorefeducacional.com.br/avapque.htm>

<http://www.odpm.gov.uk>

## 9. ANEXOS

### Anexo 1: Ficha de orientação para a recolha de informação nas instituições do Governo

---



República de Moçambique

MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras

### Avaliação de grau de implementação de Macrozoneamento de Tofo Barra Tofinho (TBT)

#### FICHAS DE ORIENTAÇÃO PARA A RECOLHA DE INFORMAÇÃO

##### Introdução

- Feito em 2002 pela equipe técnica provincial de Inhambane com a assistência do CDS-ZC;
- Plano formulado utilizando processo participativo envolvendo instituições do Governo, sector privado e grupos de comunidades,
- Aprovado pelo decreto do município e do Governo provincial ?????
- Passados mais de 5 anos qual é a situação no local? Resolveu, minimizou os problemas que se propunha mitigar?
- Este estudo visa avaliar o grau de implementação deste plano e suas consequências no local,

##### Objectivo

Avaliar o grau de implementação do plano de Macrozoneamento de TBT e os problemas no processo da implementação

##### Resultados esperados

- Relatório preliminar detalhado sobre a localização das actividades de acordo com o zoneamento; (workshop)
- O grau do conhecimento do plano sobre as partes envolvidas e afectadas;

- O cumprimento das regras e normas propostas em cada macrozona,

### **Metodologias**

- Entrevistas semi-estruturadas a informantes chaves identificados,
- Trabalho de campo para observação e confirmação de algumas informações,
- Encontros com grupos de técnicos identificados,

## **LISTA PROVISORIA DE PARTES INTERESSADAS E/ OU AFECTADAS**

### **GOVERNO PROVINCIAL**

Governo provincial de Inhambane

Conselho Municipal de Inhambane

Direcção provincial de Turismo de Inhambane

Direcção provincial do MICOA de Inhambane

Direcção provincial de Agricultura de Inhambane

Direcção provincial de Pescas de Inhambane

Direcção provincial de Industria e Comercio de Inhambane

Direcção provincial de Obras Publicas e Habitação

ADMAR

### **GRUPOS AMBIENTAIS**

IUCN

WWF

FNP

Livaningo

CTV

JÁ

GTA

### **ONG'S PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE**

CARE

KUKULA

KULIMA

**GTZ**

**OXFAM**

**OPERADORES TURISTICO**

**FICHA I**

1. Confirmar se o documento foi ou não aprovado.
2. Data, número da resolução e instituição que aprovou.
3. Qual e o dispositivo legal da aprovação? Foi por Decreto, resolução, postura?
4. Qual o órgão que aprovou o documento?

Com estas perguntas poder-se-á definir o horizonte temporal do documento embora tenha terminado em 2002 a confirmação da sua aprovação e importante porque só esta etapa garante a sua implementação e divulgação.

**FICHA II**

Grupo alvo: Instituições do Governo

**LOCAL DE REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO**

Instituição \_\_\_\_\_ Nome do Técnico  
entrevistado **INFORMAÇÃO PESSOAL**

**Sexo**

Feminino  Masculino

**Faixa etária**

18 – 25  26 – 35  36 – 45  46 – 60  mais de 60

**Nacionalidade** \_\_\_\_\_

**1. Percepção sobre o conhecimento do plano de Macrozoneamento de TBT**

a) Tem conhecimento sobre o Plano de Macrozoneamento de TBT?

Sim  Não

b) Se sim, quando e como é que teve conhecimento da existência deste Plano?

---

c) A sua Instituição esteve envolvida na elaboração do Plano de Macrozoneamento de TBT?

Sim  Não

d) Se sim, qual foi a contribuição da instituição na elaboração do Plano de Macrozoneamento?

---

—

e) Achas que o Plano de Macrozoneamento é importante para o desenvolvimento sustentável ou harmonioso desta zona?

Sim  Não

---

f) Achas que o Plano de Macrozoneamento trouxe algumas mudanças desde a sua implementação?

Sim  Não

a) Se sim, quais são?

---

## 2. Percepção em relação a sua Divulgação

a) A sua instituição participou na divulgação do Plano de Macrozoneamento?

Sim  Não

b) Se sim, como é que fez a divulgação?

---

c) Se não, porque é que não participou na divulgação?

---

—

d) Achas que o Plano foi suficientemente divulgado?

Sim  Não

e) Se não, o que é que devia ter sido feito para garantir a maior divulgação?

---

f) Tem alguma contribuição ou recomendação para futuros planos?

---

—

## 3. Percepção em relação a implementação do Plano de Macrozoneamento de TBT

a) Achas que o Plano está sendo respeitado/reconhecido?

Sim  Não

b) Se não, o que é que se deveria fazer para melhorar esta situação?

---

—

c) Tem alguma contribuição ou recomendação em relação a implementação de futuros planos?

---

## 4. Percepção sobre a monitoria de implementação do Plano de Macrozoneamento

d) A sua instituição participa ou participou na monitoria da implementação do Plano de Macrozoneamento do TBT?

Sim  Não

e) Se sim como é que faz a monitoria da implementação do Plano de TBT?

---

f) Achas que a implementação do plano está sendo monitorada?

Sim  Não

g) Se sim quem é que faz a monitoria da implementação do Plano?

---

h) Se não o que é deve ser feito para garantir a monitoria?

---

**Anexo 2:** Ficha de orientação para a recolha de informação nos operadores turísticos, comunidades e ONGs



República de Moçambique

MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras

**Avaliação de grau de implementação de Macrozoneamento de Tofo Barra Tofinho (TBT)**

Grupo alvo: Operadores Turísticos, Proprietários das Casas de Férias, Residentes

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO

Província \_\_\_\_\_

Localidade ou Bairro \_\_\_\_\_

Nome da Instância \_\_\_\_\_

INFORMAÇÃO PESSOAL

**Sexo**

Feminino

Masculino

**Faixa etária**

18 – 25

26 – 35

36 – 45

46 – 60

mais de 60

**Nacionalidade** \_\_\_\_\_

Reside na zona ?

Sim  Não

Se sim, a quanto tempo? \_\_\_\_\_

Quais são os principais problemas desde que chegou?

---

Qual é a tendência dos problemas?

---

**1. Percepção sobre o conhecimento do plano de Macrozoneamento de TBT**

g) Tem conhecimento sobre o Plano de Macrozoneamento de TBT?

Sim  Não

h) Se sim, quando e como é que teve conhecimento da existência deste Plano?

---

i) Achas que o Plano de Macrozoneamento é importante para o desenvolvimento sustentável ou harmonioso desta zona?

Sim  Não

**2. Percepção em relação a sua Divulgação**

a) Achas que o Plano foi suficientemente divulgado?

Sim  Não

b) Se sim, quem é que fez a divulgação? E Como é que foi feita a divulgação?

---

c) Se não, o que é que devia ter sido feito para melhorar a divulgação deste plano?

d) Tem alguma contribuição ou recomendação para futuros planos?

---

—

**3. Percepção em relação a implementação do Plano de Macrozoneamento de TBT**

a) Achas que o Plano foi implementado ou respeitado?

Sim  Não

b) Se não, o que é que devia ter sido feito para melhorar a sua implementação?

---

c) Tem alguma contribuição ou recomendação em relação a implementação de futuros planos?

---

—

**4. Percepção sobre a monitoria de implementação do Plano de Macrozoneamento**

a) Achas que a implementação do plano está sendo monitorada?

Sim  Não

b) Se sim quem é que faz a monitoria da implementação do Plano?

---

c) Se não o que é que deve ser feito para garantir a monitoria

---

### Anexo 3: Ficha de orientação para a recolha de informação na zona de TBT



República de Moçambique

MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras

#### Avaliação de grau de implementação de Macrozoneamento de Tofo Barra Tofinho (TBT)

##### TRABALHO DE CAMPO

- Esta tabela será usada para o trabalho de campo que consistirá principalmente de observações e entrevistas a informantes chaves sobre as actividades que estão a acontecer em cada macrozona:
- Com base nos depoimentos e observações teremos a lista das actividades que estão a acontecer no local em cada macrozona,
- Usando o documento verificar se actividade que foi alistada numa certa zona e permitida ou não,
- Desde quando esta iniciou,
- Se tivermos assinaladas muitas actividades proibidas numa certa zona e uma indicação de que o plano não ta sendo observado,

Macrozonas	Actividades que estão a ocorrer	Permitidas	Proibidas
<b>Zona de Turismo de Alta Qualidade</b>	Implantação de estâncias turísticas	X	
	Implantação de serviços públicos de apoio à actividade turística	X	
	Actividades turísticas (banhismo, desportos na praia (p.e. voleibol, etc), motos 4x4, hipismo, etc)	X	
	Agricultura		X
	Criação de gado		X
	Implantação de casas de praia privadas		X